

MP: Governo interferiu a favor do banco Opportunity

Procuradoria vai propor ação de improbidade administrativa contra autoridades envolvidas

Os procuradores da República no Rio que investigam a venda da Telebrás estão convencidos de que houve interferência do Governo a favor do grupo Opportunity durante a leilão. Com base nas provas obtidas no inquérito civil público instaurado pela Procuradoria, deverá ser proposta ação de improbidade administrativa contra os envolvidos no caso. Falta ainda ao Ministério Público definir as responsabilidades de cada um dos envolvidos.

O ministro do Orçamento e Gestão Fiscal, Pedro Parente, pode ser um dos citados pela ação. O procurador Daniel Sarmento, um dos responsáveis pelo caso, explicou que Parente — na condição de presidente do Conselho de Administração do Banco do Brasil — assinou a carta de fiança concedida ao grupo Opportunity para participar do leilão. O Ministério Público apurou que a única garantia dada pelo Opportunity foi o aval de uma das empresas do próprio grupo, em lugar das garantias reais exigidas pelo BB, como, por exemplo, imóveis.

Segundo os procuradores, o ministro assinou o documento sem consultar, previamente, os outros conselheiros do banco. O procurador Rogério Nascimento afirmou que os funcionários do BB explicaram que, nos casos em que o pedido de fiança foge às regras da instituição, a decisão final cabe ao Conselho de Administração do BB.

O MP apura a dispensa de garantias para os consórcios Telpart e Solpart, liderados pelo Opportunity.. A primeira obteve fiança de R\$ 270 milhões e comprou a Telemig Celular e a Tele Norte Celular. A Solpart, cuja carta de fiança chegava a R\$ 870 milhões, ficou com a Tele Centro Sul. Os procuradores responsáveis pelo inquérito acham que a divulgação do trecho das fitas resultado da escuta telefônica no BNDES que envolve o presidente Fernando Henrique Cardoso não modificará o trabalho do MP.

Segundo o procurador da República Rogério Nascimento, a única novidade que as fitas trazem é a referência a Fernando Henrique. Segundo ele, analisar a responsabilidade do presidente é atribuição exclusiva do Senado.

MP identifica outros indícios de interferência do Governo

O Ministério Público acredita que a interferência do poder público para beneficiar o Opportunity ocorreu em outros dois momentos do processo de privatização: durante a formação de consórcios para o leilão, porque tentou compelir a Previ (fundo de pensão do BB) a participar do consórcio liderado pelo banco, e quando o BNDES concedeu financiamento diferenciado para os compradores da Tele Norte Leste e da Tele Norte Celular, sabendo que o Opportunity estava interessado nas empresas. ■